

**O DOCUMENTO DE ÁREA DA CAPES E O IMPACTO NA GESTÃO DE CURSOS
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: UM ESTUDO NA ÁREA DE
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

SABRINA FONSECA DE CONTO

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
sfconto@gmail.com

ROGÉRIO DA SILVA NUNES

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
rognunes@msn.com

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar o impacto do Documento de Área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na gestão dos cursos de pós-graduação. Assim, analisa o Documento de Área de 2013, utilizado para avaliar os cursos de pós-graduação *stricto sensu* no triênio 2010-2012, e o de 2016, utilizado para avaliar o quadriênio 2013-2016, na área de Comunicação e Informação. Adicionalmente, realiza entrevista com a Coordenadora de um dos programas da área para discutir o impacto das alterações na gestão e direcionamento de ações. Os resultados apresentam as modificações nos quesitos e indicadores, posição da coordenadora enfatizando a necessidade de parâmetros claros para um comprometimento e aperfeiçoamento do desempenho dos docentes. Por fim, está colocada a necessidade de alterar a rotina de elaboração dos Documentos de Área.

Palavras-chave: Avaliação; Pós-graduação; Comunicação e Informação; Documento de Área.

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de expandir e consolidar a pós-graduação *stricto sensu*, foi criada na década de 1950 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que desde então vem contribuindo para que os programas formação de pessoal qualificado, com foco especial na pós-graduação para que os cursos funcionem de modo integrado e consistente para o desenvolvimento de conhecimento tecnológico e científico (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017).

Moreira e Velho (2008), afirmam que a pós-graduação brasileira foi organizada com intuito de contribuir com o desenvolvimento do país, com a função social de qualificar recursos humanos, além de fomentar o conhecimento científico e tecnológico capaz de contribuir com expansão industrial do Brasil.

Segundo Silva e Carvalho (2007), a pós-graduação *stricto sensu* brasileira iniciou em 1960, a partir da criação da CAPES, em 1951. Entretanto, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) foi estabelecido a partir de 1975.

Desde a sua criação a CAPES tem destinado esforços à expansão e à consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017). A partir dos anos de 1990, a CAPES configura-se como a principal agência do sistema nacional de pós-graduação. Em 1992, passou a subsidiar o Ministério da Educação (MEC) na formulação de políticas para a área de pós-graduação.

O documento de área serve como orientação para os próximos períodos avaliativos, assim como para a proposição de cursos novos, ele descreve o estado atual dos Programas, as características e as perspectiva. Até 2013, o documento de área possuía uma estrutura dividida em seis tópicos contendo as considerações gerais a respeito do estágio atual da área, das propostas de cursos novos, da avaliação, do Qualis e classificação de livros, eventos e produtos técnicos, de critérios de internacionalização, além da Ficha de Avaliação. A partir do documento de área de 2016 foram retirados os tópicos: propostas de cursos novos e Qualis e classificação de livros, eventos e produtos técnicos. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013, 2016).

Nessa perspectiva busca-se responder à pergunta: Qual o impacto do documento de área da CAPES na gestão de um Programa de pós-graduação?

Para responder a essa questão de pesquisa, o trabalho apresenta como objetivo: descrever os principais aspectos relacionados ao documento de área da CAPES e avaliar o seu impacto na gestão de um Programa de pós-graduação da área de Comunicação e Informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica são explorados os seguintes temas: o sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES (SNPG), seguido pelas áreas de avaliação da CAPES, a área de Comunicação e Informação, os documentos da área Comunicação e Informação dos anos de 2013 e 2016, finalizando com a gestão acadêmica.

2.1 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA CAPES (SNPG)

Para alcançar seus objetivos, a CAPES vem utilizando e aperfeiçoando seu sistema de avaliação para verificar o desempenho dos Programas de pós-graduação, exigindo cada vez

mais rigor nos procedimentos de avaliação de qualidade e, conseqüentemente, estimulando a melhoria contínua do seu sistema (OLIVEIRA et al., 2008).

Conforme Maccari (2008), a CAPES tem contribuído para o desenvolvimento em quantidade e qualidade da pós-graduação *stricto sensu*, ao afirmar que isto é notado pelo expressivo aumento dos cursos de mestrado e doutorado nos últimos anos e pela evolução nos indicadores de qualidade do seu sistema de avaliação. As informações disponíveis no site da CAPES, permitem constatar a transparência do sistema de avaliação da CAPES, pois tanto os quesitos, quanto os resultados da avaliação estão disponíveis para que os Programas possam visualizar, de forma comparativa, a sua avaliação perante outros Programas das 49 áreas do conhecimento, ao longo dos períodos de avaliação, que até 2012 era trienal e após esta data passou a ser quadrienal.

Gatti et al. (2003) afirmam que qualquer processo de avaliação só tem características científicas e sentido social quando o contexto de referência e os objetivos estão bem definidos. Os resultados dos acompanhamentos são expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7" que fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no quadriênio subsequente (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017).

O sistema brasileiro de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* vem sendo desenvolvido e aprimorado pela CAPES desde 1976. Um marco importante em sua evolução ocorreu no final da década de 1990, quando houve sua informatização e a adoção de critérios mais rígidos para atribuição de notas aos Programas. Desde então, o sistema vem mantendo-se estável, com avanços incrementais em seus quesitos e itens de avaliação (MACCARI et al., 2014).

Gazzola (2008), afirma que na América Latina, no Caribe e até no restante do mundo, é difícil encontrar um sistema de avaliação comparável ao adotado no Brasil. Schwartzman (2010) afirma que a pós-graduação brasileira atingiu um tamanho considerável, aproximando-se, em termos absolutos, de países de grande porte econômico. Adicionalmente, o número de publicações científicas de autores brasileiros vem aumentando de forma considerável.

De acordo com Maccari (2008), o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira é o mesmo para todas as áreas. No entanto, os comitês de avaliação têm autonomia para mudar o peso dos quesitos em 5% para mais ou para menos. Quanto aos pesos dos itens internos a cada quesito, cada área é livre para mudá-los ou até mesmo suprimi-los se eles não se aplicarem às necessidades da área em questão. Os quesitos de avaliação são: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações, produção intelectual e inserção social.

2.2 AS ÁREAS DE AVALIAÇÃO DA CAPES

Com o intuito de facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação, as 49 áreas de avaliação são agregadas, por critério de afinidade, em dois níveis: Colégios e Grandes Áreas (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017).

A área de Comunicação e Informação, por exemplo, está inserida na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, que por sua vez encontra-se no Colégio de Humanidades. O Quadro 1 apresenta a distribuição das áreas em três Colégios e nove Grandes Áreas.

Quadro1 – Distribuição das áreas em Colégios e Grandes Áreas

COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA		
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE
Ciência de Alimentos Ciências Agrárias I Medicina Veterinária Zootecnia/Recursos Pesqueiros	Biodiversidade Ciências Biológicas I Ciências Biológicas II Ciências Biológicas III	Educação Física Enfermagem Farmácia Medicina I Medicina II Medicina III Nutrição Odontologia Saúde Coletiva
COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR		
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ENGENHARIAS	MULTIDISCIPLINAR
Astronomia/Física Ciência da Computação Geociências Matemática/Probabilidade e Estatística Química	Engenharias I Engenharias II Engenharias III Engenharias IV	Biotecnologia Ciências Ambientais Ensino Interdisciplinar Materiais
COLÉGIO DE HUMANIDADES		
CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
Antropologia/Arqueologia Ciência Política e Relações Internacionais Educação Filosofia Geografia História Psicologia Sociologia Teologia	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo Arquitetura, Urbanismo e Design Comunicação e Informação Direito Economia Planejamento Urbano e Regional/Demografia Serviço Social	Artes/Música Letras/Linguística

Fonte: Adaptado de CAPES (2017).

2.3 A ÁREA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A história da área de Comunicação e Informação, que até 2016 era chamada de Ciências Sociais Aplicadas I, remonta ao ano de 1970, com a criação do Programa de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O primeiro Programa da Ciência da Informação iniciou em 1976 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o primeiro de Museologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2006.

A área de Comunicação e Informação é constituída pelas seguintes áreas básicas: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, e integra a grande área Ciências Sociais Aplicadas, que juntamente com as grandes áreas Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Multidisciplinar, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes formam o Sistema Nacional de Pós-Graduação. (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017).

Conforme a COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE

NÍVEL SUPERIOR (2017), integram a grande área Ciências Sociais Aplicadas, além da área Comunicação e Informação, as seguintes áreas: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Arquitetura, Urbanismo e Design, Direito, Economia, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Serviço Social.

Atualmente, a área de Comunicação e Informação conta com 116 cursos de pós-graduação, distribuídos em 84 Programas, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro2 – Distribuição dos cursos da área de Comunicação e Informação

Curso	Programas de pós-graduação	Cursos de pós-graduação	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	23	33	15	10	8
COMUNICAÇÃO	55	77	47	24	6
MUSEOLOGIA	6	6	3	1	2
Totais	84	116	65	35	16

Fonte: Adaptado de CAPES (2017).

2.3.1 O documento da área Comunicação e Informação de 2013

Os critérios e procedimentos para avaliação dos Programas da área foram construídos a partir dos trabalhos de diferentes Comissões de Avaliação da CAPES e dos debates e deliberações ocorridos em dois Seminários de Acompanhamentos, que tiveram como base para suas discussões os dados de 2010 e 2011 de cada Programa (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2013).

O Seminário de Acompanhamento 2010, realizado em 2011, teve como objetivo analisar os dados, documentos, experiências e opiniões que propiciaram um debate dos itens da Avaliação Trienal. A metodologia de trabalho utilizada foi a união de relatórios sintetizados dos Programas que tratavam dos aspectos favoráveis, desfavoráveis e soluções possíveis; agrupamento por notas; envio prévio dos relatos aos programas; apresentação dos resultados na reunião e debates.

O Seminário de Acompanhamento 2011, realizado em 2012, utilizou outra metodologia. Primeiro ocorreu a apresentação dos Programas, agrupados por notas, que expuseram os avanços obtidos a partir do Seminário do ano anterior. Em seguida foram realizados debates e decisões a respeito de temas relevantes para a constituição do Documento de Área, onde foram analisados os principais itens da Avaliação Trienal e questões relacionadas ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2010-2020, tais como Interdisciplinaridade, Internacionalização, Mestrado Profissional, contribuição da Área para a qualificação da Educação Básica e Ensino Médio, além de aspectos relacionados à Classificação de Livros e Qualis Periódicos.

A partir da aceitação de um novo projeto de desenvolvimento e inserção internacional, que define a educação como eixo central das políticas públicas, novos desafios sociais políticos e econômicos são apresentados para área.

Os debates na área indicaram cinco prioridades:

- a) Qualificação dos programas quanto à formação e desenvolvimento da pesquisa;
- b) Expansão dos mestrados profissionais e a qualificação deste tipo de formação;
- c) Ampliação de ações relacionadas à qualificação da educação básica;
- d) Superação de assimetrias regionais; e
- e) Criação de projetos em associação visando às ações solidárias de pesquisa e formação.

A seguir, estão apresentados os quesitos, assim como os itens avaliados em cada quesito, e suas respectivas pontuações presentes na ficha de avaliação da trienal 2010-2012.

O quesito **Proposta do Programa** não gera nota, mas é utilizado para avaliar

globalmente o Programa. Integram este quesito os itens:

- a) Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa em andamento e proposta curricular (40%);
- b) Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção de conhecimentos, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social dos seus egressos, conforme os parâmetros da área (30%);
- c) Infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão (15%); e
- d) Auto-avaliação do Programa (15%).

Com relação ao quesito **Corpo Docente** são avaliados:

- a) Perfil do corpo docente, considerados titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa (20%);
- b) Adequação e dedicação dos docentes permanentes às atividades de pesquisa e de formação (35%);
- c) Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa (30%); e
- d) Contribuição dos docentes para as atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na pós-graduação, (conforme a área) e na formação de profissionais mais capacitados, no plano da graduação (15%).

O quesito **Corpo Discente, Teses e Dissertações** avalia:

- a) Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente (20%);
- b) Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação aos docentes do Programa (20%);
- c) Qualidade das Teses, Dissertações e produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de Instituição de Ensino Superior com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área (30%); e
- d) Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores, tempo de formação de mestres e doutores e percentual de titulados (30%).

No quesito **Produção Intelectual** são avaliadas:

- a) Publicações qualificadas do Programa por docente permanente (40%);
- b) Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa (30%);
- c) Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes (15%); e
- d) Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente (15%).

Por fim, o quesito **Inserção Social** avalia:

- A) Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa (40%);
- B) Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação (40%); e
- C) Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação (20%).

2.3.2 O documento da área de Comunicação e Informação em 2016

Após a Avaliação Trienal 2013, por meio de reuniões com os coordenadores dos Programas, foi identificada a necessidade de aprimorar e definir com mais clareza critérios e indicadores utilizados na avaliação. Também foram elaborados relatórios por grupos de trabalho constituídos pelas associações científicas da área contendo sugestões quanto aos indicadores e pesos de quesitos. Esse processo de discussão culminou no Seminário de Meio Termo onde foram definidos os indicadores que serão utilizados na avaliação quadrienal 2017 (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2016).

O Seminário de Meio Termo, realizado em 2015, ressaltou aspectos positivos relativos à evolução recente da área, como por exemplo: expansão consistente da área, com maior interiorização, expansão dos mestrados profissionais, maior participação de professores visitantes e crescente internacionalização e expansão das iniciativas voltadas para o ensino médio, em particular nos Programas de perfil mais regional.

Foram citados como desafios ao desenvolvimento da área nos próximos anos: aposentadoria no curto prazo de pesquisadores altamente qualificados nos Programas com maior conceito, tendência à produção em capítulos e livros entre os Programas com menor conceito, em virtude de sua dificuldade em publicar em periódicos dos estratos superiores, grande concentração da publicação de artigos em periódicos B1, dificuldade de expansão da área nas regiões Norte e Centro-Oeste e concentração da oferta de cursos de doutorados nas regiões Sul e Sudeste.

No Seminário de Meio Termo foram aprimorados os critérios da avaliação de Classificação de Livros e no Qualis Periódicos, com o objetivo de orientar melhor os pesquisadores na escolha do meio mais adequado para a difusão de conhecimentos.

A seguir, estão apresentados os quesitos de avaliação, assim como os itens apreciados em cada quesito e seus respectivos percentuais presentes na ficha de avaliação da quadrienal 2013-2106.

O quesito **Proposta do Programa** não gera nota, mas é a base a partir da qual o Programa é globalmente avaliado. São considerados na avaliação do Programa:

- a) Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa em andamento e o currículo do curso (40%);
- b) Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção de conhecimentos, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área (45%);
- c) Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão (15%);
- d) Processos de autoavaliação, entre os quais, credenciamento e descredenciamento docente (0%).

Com relação ao quesito **Corpo Docente**, são avaliados:

- a) Perfil do corpo docente, considerados titulação, diversificação na origem de formação, especialização, experiência e tempo de formação, compatibilidade e adequação à Proposta do Programa (20%);
- b) Adequação e dedicação dos docentes permanentes às atividades de pesquisa, orientação e ensino, considerando sua coerência com a área de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa (35%);
- c) Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa (30%);
- d) Contribuição dos docentes para as atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação,

com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na pós-graduação, e na formação de profissionais mais capacitados, no plano da graduação (15%), desde que o Programa de pós-graduação esteja ligado a curso de graduação, caso contrário seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.

Outros itens são avaliados, porém com peso de 0%, são eles: participação de professores e/ou pesquisadores visitantes, desde que não configure dependência institucional; participação em projetos de intercâmbio nacionais e internacionais; desenvolvimento de projetos de pesquisa com financiamento e bolsas de agências de fomento.

O quesito **Corpo Docente, Teses e Dissertações** avalia:

- a) Quantidade de teses e dissertações defendidas no período da avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente (20%);
- b) Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa (20%);
- c) Qualidade das teses, dissertações e produção de discentes autores da pós-graduação e sua participação na produção científica do Programa, aferida por publicações (40%); e
- d) Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores (20%).

No quesito **Produção Intelectual** são avaliadas:

- a) Publicações qualificadas do Programa por docente permanente, tanto em periódicos como em livros (35%);
- b) Distribuição de publicações em estratos superiores da produção bibliográfica pelo corpo docente permanente do Programa (35%);
- c) Produção técnica (15%) e a produção artística (15%), estas duas consideradas complementares para efeito da avaliação. Salientando que a produção técnica é avaliada em conjunto com a produção artística, conforme o Qualis Técnico Artístico da área, gerando um só conceito para os dois itens, utilizando como indicador a média das pontuações dos docentes permanentes.

E por fim no quesito **Inserção Social** são avaliados:

- a) Inserção e impacto regional e/ou nacional do Programa (40%);
- b) Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação (40%); e
- c) Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação (20%).

Na inserção social analisa-se a contribuição do programa para o desenvolvimento regional e nacional, a qualificação da educação brasileira e a emancipação social. São relevantes para a avaliação desse quesito:

- a) Intercâmbios de docentes com outros Programas e Instituições;
- b) Nucleação de grupos de pesquisa ou pós-graduação por meio de seus egressos;
- c) Atividades de natureza educacional e cultural relacionadas à área de conhecimento abertas à participação de diferentes grupos da sociedade;
- d) Atividades dirigidas à Educação Básica e ao Ensino Médio;
- e) Organização de eventos científicos e as atividades acadêmicas, científicas e culturais desenvolvidas em associação com outros Programas de pós-graduação ou Instituições.

A avaliação da visibilidade e transparência dos Programas é relevante para a difusão de conhecimento e está vinculada aos seguintes aspectos:

- a) Manutenção de página Web para a divulgação atualizada de informações sobre o Programa, especialmente, proposta e estrutura do Programa;
- b) Regimento do Programa e legislação pertinente;
- c) Linhas e projetos de pesquisa; corpo docente;
- d) Financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas;
- e) Processo de seleção;
- f) Intercâmbios;
- g) Acesso obrigatório à íntegra das Teses e Dissertações defendidas desde 2006 e divulgação das bancas de defesa de teses e dissertações.

A questão que se coloca é como atuam os gestores dos programas diante de tais metodologias e alterações nos quesitos. Meyer Júnior e Lopes (2015), acreditam ser difícil analisar o real papel que vem sendo desempenhado pelo gestor de Instituições de Ensino Superior (IES). Os autores entendem que estes gestores enfrentam desafios que estão relacionados à natureza complexa dessas organizações e que dificultam tanto a prática gerencial como o desempenho organizacional.

Para Meyer Júnior (1988), as IES são instituições singulares, onde no processo decisório a natureza política predomina. Além disso, há dificuldade na mensuração dos produtos resultantes da ação organizacional devido à ausência de padrões de performance e compromissos com resultados.

3 METODOLOGIA

O trabalho buscou utilizar-se do método indutivo. A indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Com a finalidade de se atingirem os objetivos descritos neste trabalho, caracteriza-se a pesquisa como sendo de abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador a cerca do significado dos dados (CRESWELL, 2010).

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e exploratória. Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento (VERGARA, 2013). De acordo com Babbie (2007), a pesquisa exploratória é flexível e pode tratar de questões de todos os tipos de pesquisa e tem por finalidade evidenciar as relações existentes entre os elementos que a compõem.

Além disso, considera-se uma pesquisa documental. A pesquisa documental refere-se

à coleta de dados em material que não recebeu tratamento analítico ou que, ainda, podem ser aprimorados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2010).

Para a coleta das informações junto ao sujeito da pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada. Conforme Triviños (1987), este tipo de coleta de informações primárias compreende uma ação na qual o entrevistador parte de elementos bases, apoiados no contexto envolto à pesquisa e que oferecem amplo campo de interrogativas, que podem ir surgindo no desenvolvimento da entrevista, subsidiando elementos que possam ser desvelados de modo a elucidar o fenômeno investigado.

No presente estudo será analisado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da UFSC. O Programa teve seu curso de mestrado acadêmico criado em 2003 e no mesmo ano iniciou suas atividades. No ano de 2013 foi dado início ao curso de doutorado (UFSC, 2016). Na ocasião foi realizada entrevista semiestruturada com a Coordenadora do Programa, que tem seu mandato compreendido entre 1º de abril de 2016 e 31 de março de 2018, já tendo sido Subcoordenadora no período de 1º de setembro de 2014 a 31 de março de 2016.

A entrevista foi realizada em junho de 2017, foi gravada, com consentimento da entrevistada e, posteriormente, transcrita. O intuito da entrevista foi identificar a percepção da coordenação de um Programa de pós-graduação em relação à gestão deste e o impacto do documento da área de Comunicação e Informação na avaliação do programa junto à CAPES.

4 RESULTADOS

Por meio da análise dos documentos da área Comunicação e Informação referente aos anos de 2013 e 2016 e da entrevista realizada com a Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), foi possível elaborar o Quadro 3.

Quadro3 – Alterações no quesito Proposta do Programa

Quesito de avaliação: Proposta do Programa	Pesos Documento de Área 2013 - Doutorado e Mestrado Acadêmico	Pesos Documento de Área 2016 - Doutorado e Mestrado Acadêmico
Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa em andamento e proposta curricular	40%	40%
Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção de conhecimentos, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social dos seus egressos, conforme os parâmetros da área	30%	45%
Infraestrutura para ensino, pesquisa, e se for o caso, extensão	15%	15%
Auto-avaliação do Programa	15%	0%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de CAPES (2013, 2016).

No Quadro 3 é possível perceber que no quesito Proposta do Programa, o item Planejamento do Programa teve o seu percentual elevado 30% para 45% e o item Auto-avaliação do Programa ao qual era atribuído 15% não é mais avaliado. Em 2013 este item tinha como critérios: examinar a vocação, singularidade, diferenciais, iniciativas e destaques que indiquem a qualidade do Programa em relação aos outros da área.

A entrevistada relatou que o documento de área é muito importante para o Programa, pois fornece um direcionamento e explica como o será a avaliação, sendo assim, pode ser

utilizado como instrumento de planejamento.

No Quadro 4, a seguir, pode ser observado que não houve mudança nos percentuais dos itens avaliados no quesito Corpo Docente, porém houve alteração nos critérios de avaliação do item Contribuição dos docentes para as atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação.

Quadro4 – Alterações no quesito Corpo Docente

Quesito de avaliação: Corpo Docente	Pesos Documento de Área 2013 - Doutorado e Mestrado Acadêmico	Pesos Documento de Área 2016 - Doutorado e Mestrado Acadêmico
Perfil do corpo docente, considerados titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	20%	20%
Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa	35%	35%
Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa	30%	30%
Contribuição dos docentes para as atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, (conforme a área) e na formação de profissionais mais capacitados, no plano da graduação	15%	15%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de CAPES (2013, 2016).

Em 2013, no caso de Programas sem inserção na graduação, valorizava-se a orientação, ou outras atividades equivalentes, em 2016 este item só é avaliado quando o Programa de pós-graduação estiver ligado a curso de graduação, caso contrário, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.

A entrevistada citou o corpo docente como principal fator que influencia a gestão de um Programa de pós-graduação, pois são os professores que definem os demais quesitos, e o entendimento que os professores tem do que é uma pós-graduação e o quanto estão dispostos a colaborar com o Programa são de suma importância. Outro ponto levantado pela entrevistada, foi a necessidade dos critérios de avaliação estarem bem claros, pois assim é possível motivar os docentes para que atendam as recomendações que podem vir a aumentar o conceito do Programa. Para tanto é necessário salientar que o documento de área representa a comunidade acadêmica, composta por todos os coordenadores de curso, não é uma posição isolada desta coordenação.

No Quadro 5 apresenta as alterações no quesito Corpo Docente, Teses e Dissertações.

Quadro5 – Alterações no quesito Corpo Docente, Teses e Dissertações

Quesito de avaliação: Corpo Docente, Teses e Dissertações	Pesos Documento de Área 2013 - Doutorado e Mestrado Acadêmico	Pesos Documento de Área 2016 - Doutorado e Mestrado Acadêmico
Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente	20%	20%
Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação aos docentes do Programa	20%	20%
Qualidade das Teses, Dissertações e produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área	30%	40%
Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de titulados	30%	20%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de CAPES (2013, 2016).

O item Qualidade das Teses, Dissertações e produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação na produção científica do Programa teve o percentual elevado de 30% para 40% e o item Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de titulados, teve o percentual diminuído de 30% para 20%.

No Quadro 6, a seguir, referente ao quesito Produção Intelectual, é possível observar que dois itens tiveram mudança de percentual. O item Publicações qualificadas do Programa por docente permanente teve o percentual diminuído de 40% para 35% e o item Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa teve o percentual elevado de 30% para 35%.

Quadro6 – Alterações no quesito Produção Intelectual

Quesito de avaliação: Produção Intelectual	Pesos Documento de Área 2013 - Doutorado e Mestrado Acadêmico	Pesos Documento de Área 2016 - Doutorado e Mestrado Acadêmico
Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	40%	35%
Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa	30%	35%
Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	15%	15%
Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente	15%	15%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de CAPES (2013, 2016).

Com relação a este quesito a entrevistada informou que o é considerado como mais relevante, desde as avaliações anteriores, a publicação em periódicos científicos indexados na base Web of Science (WoS) e de livros que sejam resultado de pesquisas consolidadas. Outro item importante na visão da entrevistada é a distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa, ou seja, o equilíbrio na produção docente.

No Quadro 7, a seguir, verifica-se que não houve mudança nos percentuais dos itens avaliados no quesito Inserção Social e Relevância.

Quadro7 – Alterações no quesito Inserção Social e Relevância

Quesito de avaliação: Inserção Social e Relevância	Pesos Documento de Área 2013 - Doutorado e Mestrado Acadêmico	Pesos Documento de Área 2016 - Doutorado e Mestrado Acadêmico
Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa	40%	40%
Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação	40%	40%
Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação	20%	20%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de CAPES (2013, 2016).

Com relação a disponibilização do documento de área após o início do período avaliativo, a entrevistada entende que não trás mudanças significativas para a gestão do Programa, pois as mudanças nos quesitos na área de Comunicação e Informação de um período para outro, quando existem, são pequenas. A entrevistada também salientou que o

documento de área vem sendo construído e ajustado, quando necessário, ao longo das avaliações.

Também segundo a entrevista é possível observar que no documento de área de 2016 os critérios estão mais explicitados e detalhados, mas ainda podem melhorar. Como por exemplo a questão da avaliação final, onde o cálculo da conceito dos Programas é feito com base na média de todos os Programas da área.

5 CONCLUSÃO

A avaliação dos programas de pós-graduação vem sendo realizada e aperfeiçoada pela CAPES desde a década de 1970, e o papel dos Documentos de Área exercem papel relevante no processo, em pespecial por reunir pesquisadores de cada área para discutir parâmetros específicos. No entanto, os pesquisadores das áreas são limitados pelo escopo geral da avaliação que prevê dimensões e quesitos para todos colégios e áreas.

Os documentos de área, que possuem papel fundamental no processo de avaliação dos cursos, à medida que uma das resultantes é o credenciamento do curso, possui característica estranha, quando considerada como um instrumento de gestão. O Documento de Área de 2016 coloca quesitos e indicadores que serão utilizados em 2017 para avaliar ações ocorridas entre 2013 e 2016.

A entrevista afirmou que o Documento de Área norteia as ações dos gestores (Coordenadores) dos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* e questão é como direcionar ações para algo que já deveria ter sido feito?

Assim, embora se saliente a complexidade e a abrangência da metodologia de avaliação da CAPES, que tem que atender a um país com tantas disparidades regionais, conceituais, acadêmicas e científicas, responsabilizando-se como agente decisivo nos processos de (des)credenciamento de cursos e programas, não é razoável esperar que as alterações nos quesitos sejam anunciados no início do ciclo avaliativo?

Sempre é necessário questionar e propor alternativas metodológicas nos processos de avaliação e este trabalho propôs-se a apresentar as diferenças entre os Documentos da Área de Comunicação e Informação em 2013 e 2016 e cabe destacar que uma das alterações ocorridas diz respeito ao planejamento do programa, o peso variou de 30% para 45% na Proposta do Programa. Planejamento, por definição, é alto que se concebe e executa antes, mas que o Documento de Área anuncia sua alteração depois.

Outro aspecto a se considerar é a impossibilidade de que todos os programas tenham a mesma nota. Sem adentrar nas questões estatísticas que delimitam os segmentos, e que estabelecem limites para cada um dos conceitos previstos na avaliação dos cursos, mas considerando o componente político que permeia o processo de avaliação nas IES, o anúncio posterior de alterações por parte dos Documentos de Área levantam suspeitas de de favorecimento a programas que conseguem, politicamente, interferir nos quesitos de avaliação.

Portanto, considerando a relevância do Documento de Área para a gestão dos programas, direcionando ações, perfil de pesquisadores, de discentes e das produções, entre outros fatores, o trabalho deixa um questionamentoa sobre a rotina de definição dos parâmetros, indicadores e quesitos de avaliação nos programas de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

BABBIE, E. **The practice of social research**. 11. ed. Belmont, CA: Thompson; Wadsworth, 2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES).

Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28abr. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES).

Documento de área 2013. Disponível

em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Sociais_Aplicadas_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES).

Documento de área 2016. Disponível

em: <http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/31_CSA_I_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

GATTI, B.; ANDRÉ, M.; FÁVERO, O.; CANDU, V. M. F. O modelo de avaliação da CAPES. **Revista Brasileira de Educação**, jan-abr, n. 22, 2003.

GAZZOLA, A. L. **Desigualdade é a marca da educação superior na América Latina e Caribe.** [entrevista de Daniela Oliveira]. Rio de Janeiro: Jornal da Ciência da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC, ano XXII, n. 624, 27/06/2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

MACCARI, Émerson Antonio. **Contribuição a gestão dos programas de pós-graduação Stricto sensu em Administração no Brasil com Base nos Sistemas de Avaliação Norte Americano e Brasileiro.** 2008, 250f. Tese de doutorado. Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACCARI, Émerson Antonio; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de; RICCIO, Edson Luiz; ALEJANDRO, Thomas Brashear. Proposta de um modelo de gestão de programas de pós-graduação na área de Administração a partir dos sistemas de avaliação do Brasil (CAPES) e dos Estados Unidos (AACSB). **R.Adm.**, São Paulo, v.49, n.2, p.369-383, abr./maio/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v49n2/12.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MEYER JR., V.; LOPES, M. C. B. Administrando o imensurável: uma crítica às organizações acadêmicas. **Cad.EBAPE.BR**, v.13, nº 1, artigo 3, Rio de Janeiro, Jan./Mar, p.40-51, 2015.

MEYER JR., V. Considerações sobre o Planejamento Estratégico na Universidade. In: Finger, Almeri Paulo. **Universidade: Organização, Planejamento e Gestão.** Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988.

MOREIRA, M. L.; VELHO, Lea. Pós-graduação no Brasil: da concepção "ofertista linear" para "novos modos de produção do conhecimento" implicações para avaliação. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 625-645, Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/02.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

OLIVEIRA, R. T. Q.; BOTELHO, E. N.; AMARAL, C. T. N.; ZOTES, L. P. **Os programas de pós-graduação stricto sensu no Contexto das Avaliações CAPES E CNPq.** IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.inovarse.org/filebrowser/download/8753>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

SCHWARTZMAN, S. (2010). Nota sobre a transição necessária da pós-graduação brasileira. In Brasil (2010), **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020** (pp. 34-52). Brasília: CAPES.

SILVA, M. O. S.; CARVALHO, D. B. B. A. Pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, n. 4, v. 8, p. 192-216, 2007.

Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6301/1/ARTIGO_PosGradua%C3%A7%C3%A3oProdu%C3%A7%C3%A3oConhecimento.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 94 p.